

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2015	2014	2015	2014
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	35.978	79.778	CIRCULANTE	2.819
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	33.374	31.857	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12f)	2.733
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6a)	-	47.423	Dividendos a Pagar (Notas 7c e 11a)	17
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12e)	2.604	476	Outras Obrigações	69
Créditos Tributários (Nota 12c)	-	14		
Outros Créditos	-	8		
NÃO CIRCULANTE	51.680	5.487	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.839
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	51.680	5.487	Capital Social:	
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6a)	83.939	32.292	- De Domiciliados no País (Nota 7a)	42.000
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6a)	(32.259)	(32.292)	Reservas de Lucros (Nota 7b)	42.839
Créditos Tributários (Nota 12c)	-	5.487		
TOTAL	87.658	85.265	TOTAL	87.658
				85.265

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2015	2014		Legal	Estatutária		
RECEITAS OPERACIONAIS	1.401	1.237	Saldos em 31.12.2013	37.706	2.142	37.557	77.405
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 6b)	1.401	1.237	Aumento de Capital com Reservas	1.294	-	(1.294)	-
DESPESAS OPERACIONAIS	722	594	Lucro Líquido do Exercício	-	-	5.683	5.683
Despesas Tributárias (Nota 9)	546	415	Destinações: - Reservas	-	284	5.345	(5.629)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	176	179	- Dividendos Propostos (R\$ 1,46 por lote de mil ações)	-	-	-	(54)
RESULTADOS FINANCEIROS	10.311	7.861	Saldos em 31.12.2014	39.000	2.426	41.608	83.034
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 8)	10.311	7.861	Aumento de Capital com Reservas	3.000	-	(3.000)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	10.990	8.504	Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.822	1.822
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(9.168)	(2.821)	Destinações: - Reservas	-	91	1.714	(1.805)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.822	5.683	- Dividendos Propostos (R\$ 0,47 por lote de mil ações)	-	-	-	(17)
Número de ações	37.083.738	37.083.738	Saldos em 31.12.2015	42.000	2.517	40.322	84.839
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	49,13	153,24					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015	2014		2015	%	2014	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	1.401	12,2	1.237	13,9
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.990	8.504	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33	0,3	188	2,1
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(1)	(188)	Juros sobre Créditos Recebíveis	1.368	11,9	1.049	11,8
Juros, Variações Monetárias Líquidas	28	-	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(176)	(1,6)	(179)	(2,0)
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(33)	(193)	Serviços de Terceiros	(18)	(0,2)	(17)	(0,2)
Perdas de Créditos Recebíveis	4	5	Editais e Publicações	(75)	(0,7)	(77)	(0,9)
Lucro Líquido Ajustado	10.989	8.316	Doações e Patrocínios	(71)	(0,6)	(73)	(0,8)
Aumento em Empréstimos e Recebíveis	(6.261)	(4.625)	Outros	(12)	(0,1)	(12)	(0,1)
Aumento em Outros Créditos	(115)	(484)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.225	10,6	1.058	11,9
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	13	(7)	4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
Redução de Créditos Recebíveis	29	187	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	1.225	10,6	1.058	11,9
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.084)	(1.930)	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	10.311	89,4	7.861	88,1
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) das Atividades Operacionais	1.571	1.457	Receitas Financeiras Líquidas	10.311	89,4	7.861	88,1
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	11.536	100,0	8.919	100,0
Dividendos Pagos	(54)	(38)	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	11.536	100,0	8.919	100,0
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(54)	(38)	Impostos, Taxas e Contribuições	9.714	84,2	3.236	36,3
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.517	1.419	Federais	9.713	84,2	3.235	36,3
Início do Exercício	31.857	30.438	Estaduais	1	-	1	-
Fim do Exercício	33.374	31.857	Remuneração de Capitais Próprios	1.822	15,8	5.683	63,7
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.517	1.419	Dividendos	17	0,2	54	0,6
			Lucros Retidos	1.805	15,6	5.629	63,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015	2014		2015	%	2014	%
Lucro Líquido do Exercício	1.822	5.683	2.8) Patrimônio líquido				
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	a) Lucro por ação				
Total do Resultado Abrangente do Exercício	1.822	5.683	A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 27 de janeiro de 2016.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

(i) Créditos recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Rendas de Créditos Recebíveis".

(ii) Operações compromissadas

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS	2
COLUMBUS HOLDINGS SA	8
COMPANHIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI	6
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAI	10
SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COM. ELETRÔNICO S.A.	4

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Aplicações em operações compromissadas (1)	51.680	47.423
Empréstimos e recebíveis (2)	32.259	32.292
Provisão para perda do valor recuperável (2)	(32.259)	(32.292)
Total	51.680	47.423

(1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% do CDI com vencimento em 14/12/2017, e que estão classificadas como Nível 2; e
(2) A carteira de créditos e recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos há mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas e que estão classificadas como Nível 3.

b) Resultado de créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Recuperação de créditos recebíveis	1.372	1.049
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	33	193
Perdas de créditos recebíveis	(4)	(5)
Total	1.401	1.237

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	37.083.738	37.083.738
Total	37.083.738	37.083.738

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 30 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 3.000, elevando-o de R\$ 39.000 para R\$ 42.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, as redações do "capit" dos Artigos 3º e 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Reservas de lucros	42.839	44.034
- Reserva legal (1)	2.517	2.426
- Reserva estatutária (2)	40.322	41.608

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária, a Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2015	% (1)	2014	% (1)
Lucro líquido do exercício	1.822		5.683	
Reserva legal	(91)		(284)	
Base de cálculo	1.731		5.399	
Dividendos mínimos obrigatórios	17	1,0	54	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

Durante o exercício de 2015 ocorreu pagamento de dividendo apurado com base em lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$ 54 (2014 - R\$ 38).

8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Rendimento de aplicações em operações compromissadas	6.261	4.625
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	4.078	3.236
Juros passivos líquidos	(28)	-
Total	10.311	7.861

9) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
COFINS	468	356
PIS	76	58
Impostos e taxas	2	1
Total	546	415

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Editais e publicações	75	77
Doações e patrocínios	71	73
Serviços prestados por terceiros	18	17
Outras	12	12
Total	176	179

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2015		2014	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	9	-	21	-
Empréstimos e recebíveis:				
Banco Bradesco S.A.	51.680	6.261	47.423	4.625
Dividendos a pagar:				
Embaúba Holdings Ltda.	(17)	-	(54)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	10.990	8.504
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(3.737)	(2.891)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis	(25)	(27)
Baixa de crédito tributário	(5.501)	-
Outros	95	97
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(9.168)	(2.821)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(3.667)	(2.817)
Impostos diferidos:		
Baixa no exercício, sobre diferenças temporárias	(5.501)	(4)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(9.168)	(2.821)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2014	Constituição	Baixa	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.418	-	5.418	-
Outras provisões	83	-	83	-
Total dos créditos tributários	5.501	-	5.501	-

d) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2015, não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 5.501 mil, os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 2.604 (2014 - R\$ 476) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 2.733 (2014 - R\$ 2.110), referem-se ao PIS no montante de R\$ 6 (2014 - R\$ 5), COFINS no montante de R\$ 40 (2014 - R\$ 31), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 2.571 (2014 - R\$ 1.972) e da Contribuição Social no montante em R\$ 116 (2014 - R\$ 102).

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

b) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

d) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 25 de abril de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade total e transparência, com um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 - São Paulo

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 126 • Número 76
São Paulo, quarta-feira, 27 de abril de 2016

Página 3

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	35.978	79.778	CIRCULANTE	2.819	2.231
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	33.374	31.857	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12f)	2.733	2.110
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6a)	2.604	47.423	Dividendos a Pagar (Notas 7c e 11a)	17	54
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12e)	-	476	Outras Obrigações	69	67
Créditos Tributários (Nota 12c)	-	14			
Outros Créditos	-	8			
NÃO CIRCULANTE	51.680	5.487	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.839	83.034
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:			Capital Social:		
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6a)	83.939	32.292	- De Domílios no País (Nota 7a)	42.000	39.000
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6a)	(32.259)	(32.292)	Reservas de Lucros (Nota 7b)	42.839	44.034
Créditos Tributários (Nota 12c)	-	5.487			
TOTAL	87.658	85.265	TOTAL	87.658	85.265

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2015	2014	
RECEITAS OPERACIONAIS	1.401	1.237	
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 6b)	1.401	1.237	
DESPESAS OPERACIONAIS	722	594	
Despesas Tributárias (Nota 9)	546	415	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	176	179	
RESULTADOS FINANCEIROS	10.311	7.861	
Recargas Financeiras Líquidas (Nota 8)	10.311	7.861	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	10.990	8.504	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(9.168)	(2.821)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.822	5.683	
Número de ações	37.083.738	37.083.738	
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	49,13	153,24	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2015	2014	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.990	8.504	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(1)	(188)	
Juros, Variações Monetárias Líquidas	28	(193)	
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(33)	(193)	
Perdas de Créditos Recebíveis	4	5	
Lucro Líquido Ajustado	10.989	8.316	
Aumento em Empréstimos e Recebíveis	(8.261)	(4.625)	
Aumento em Outros Créditos	(115)	(48)	
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	13	(7)	
Redução de Créditos Recebíveis	29	187	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.084)	(1.930)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	1.571	1.457	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(54)	(38)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(54)	(38)	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.517	1.419	
Início do Exercício	31.857	30.438	
Fim do Exercício	33.374	31.857	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.517	1.419	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2015	2014	
Lucro Líquido do Exercício	1.822	5.683	
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	1.822	5.683	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Reserva de Lucros		
Saldos em 31.12.2013	37.706	2.142	37.557	-	-	77.405
Aumento de Capital com Reservas	1.294	-	(1.294)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	5.683	-	5.683
Destinações - Reservas:	-	284	5.345	(5.629)	-	-
- Dividendos Propostos (R\$ 1,46 por lote de mil ações)	-	-	-	(54)	-	(54)
Saldos em 31.12.2014	39.000	2.426	41.608	-	-	83.034
Aumento de Capital com Reservas	3.000	-	(3.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.822	-	1.822
Destinações - Reservas:	-	91	1.714	(1.805)	-	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,47 por lote de mil ações)	-	-	-	(17)	-	(17)
Saldos em 31.12.2015	42.000	2.517	40.322	-	-	84.839

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
Descrição	2015	Exercícios findos em 31 de dezembro		%
		2015	2014	
1 - RECEITAS	1.401	12,2	1.237	13,9
Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33	0,3	188	2,1
Juros sobre Créditos Recebíveis	1.368	11,9	1.049	11,8
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(176)	(1,6)	(179)	(2,0)
Serviços de Terceiros	(18)	(0,2)	(17)	(0,2)
Edições e Publicações	(75)	(0,7)	(77)	(0,9)
Doações e Patrocínios	(71)	(0,6)	(73)	(0,8)
Outros	(12)	(0,1)	(12)	(0,1)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.225	10,6	1.058	11,9
4 - DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	1.225	10,6	1.058	11,9
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	10.311	89,4	7.861	88,1
Recargas Financeiras Líquidas	10.311	89,4	7.861	88,1
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	11.536	100,0	8.919	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	11.536	100,0	8.919	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	9.714	84,2	3.236	36,3
Federais	9.713	84,2	3.235	36,3
Estaduais	1	-	1	-
Remuneração de Capitais Próprios	1.822	15,8	5.683	63,7
Dividendos	17	0,2	54	0,6
Lucros Retidos	1.805	15,6	5.629	63,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 27 de janeiro de 2016.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Empréstimos e recebíveis

(i) Créditos recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Rendas de Créditos Recebíveis".

(ii) Operações compromissadas

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Recargas financeiras

As recargas financeiras abrangem receitas sobre fundos financeiros de investimento, as receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.830/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, está incluída na Nota 6.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional (1)	9	21
Fundo de investimentos financeiros (2)	33.365	31.836
Total de caixa e equivalentes de caixa	33.374	31.857

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele lig

